



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Avenida Aristeu de Andrade nº 377 - Bairro Farol - CEP 57051-090 - Maceió - AL



DESPACHO

Maceió, 23 de dezembro de 2024.

À COMAP,

Senhora Coordenadora,

Trata-se de contratação de empresa especializada em fornecimento de água e esgoto, VERDE AMBIENTAL ALAGOAS S.A., inscrita sob o nº de CNPJ nº 44.992.350/0001-57, pelo período de um ano, visando a atender os municípios de Joaquim Gomes, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Maragogi, São Luís do Quitunde e União dos Palmares.

A unidade demandante informou que a média do valor mensal cobrado nos últimos seis meses foi de R\$ 800,00 (oitocentos reais), redundando num consumo anual de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), conforme 1654688.

Os autos vieram para complemento da instrução, nos termos do Despacho GDG 1657703.

Assim, da leitura da norma verifica-se que o enquadramento da contratação para fornecimento de água e coleta de esgoto no art. 74, I, da Lei 14.133/2021 decorre da existência de apenas um fornecedor do serviço, por se tratar de serviço público essencial, explorado em regime de monopólio, seja diretamente pelo ente público, seja por empresa delegatária. Inviável, portanto, a competitividade.

Tendo em vista que o fornecimento de água canalizada e coleta de esgoto é remunerado por tarifa pública, para demonstração da compatibilidade de preços seria suficiente a juntada das tarifas praticadas; não se fazendo necessária demonstração da vatajosidade, nos termos do Parecer PGFN/CJU/CLC nº 829/2008 e Parecer Referencial CCA/PGFN nº 03/2020, adotando-se o entendimento do Parecer nº 51 da AJ-DG (1003830).

Um ponto que merece análise diz respeito a inovação quanto ao prazo de vigência de contratos onde a Administração consta como usuária de serviço público, quando os contratos poderão ser celebrados com prazo indeterminado, bastando a verificação da existência de créditos orçamentários vinculados à contratação em cada exercício:

Art. 109. A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Com essas considerações, com base nos valores apresentados pela unidade demandante, estimamos o valor anual da contratação em **R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)** e sugerimos, s.m.j., a contratação direta da empresa VERDE AMBIENTAL ALAGOAS S.A., inscrita sob o nº de CNPJ nº 44.992.350/0001-57, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Juntamos as seguintes consultas: a) CADIN 1659121, Consolidada TCU 1659134 e SICAF 1659298.

À deliberação superior.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUÍS CAVALCANTE GOMES**, Técnico Judiciário, em 24/12/2024, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1658748** e o código CRC **BE78DE34**.

0011229-13.2024.6.02.8000

1658748v1